

Nº 43, ago./96, p. 1-5

BREVE DIAGNÓSTICO DO ALGODÃO NO BRASIL E NO NORDESTE BRASILEIRO

Napoleão Esberard de Macêdo Beltrão¹

Os algodoeiros herbáceo (*Gossypium hirsutum* L. r. *latifolium* Hutch.) e arbóreo (*G. hirsutum* L. r. *marie galante* Hutch.) estão há pelo menos 30 anos, entre as principais culturas brasileiras, apesar da crise que enfrentam, devido a fatores internos, externos, conjunturais e estruturais. Destaque especial deve ser dado ao algodoeiro arbóreo, particularmente no “Polígono das Secas”. No trópico semi-árido brasileiro, que abrange uma área de 1.150.000km², equivalente a 115 milhões de hectares, devido à instabilidade climática caracterizada tanto pela irregularidade da distribuição das precipitações pluviais quanto pela quantidade precipitada, principalmente nas áreas de clima árido, poucas culturas têm possibilidade de sucesso, destacando-se o algodão, devido a sua resistência à seca e tamponamento global ao ambiente xérico da maior porção do Nordeste. Devido às condições climáticas e edáficas favoráveis à produção de algodão de excelente qualidade (intrínseca e extrínseca), ao volume de produção (que já atingiu mais de 230.000t de pluma, quando o consumo era em torno de 50.000t/ano) e, também, aos incentivos fiscais, nos últimos quinze anos, houve um acelerado processo de industrialização nessa região, cujo consumo industrial é atualmente cerca de 290.000t de pluma, devendo chegar no ano 2000, a 400.000t de pluma, ou mais, dependendo das taxas anuais de crescimento do país.

Em 1994, a região Nordeste já era o segundo pólo de consumo de algodão do Brasil, sendo bem maior que o de vários países, como Argentina (135.000t pluma), México (225.000t pluma), Colômbia (97.000t pluma), França (117.000t pluma), Alemanha (172.000t pluma), Grécia (140.000t pluma), Portugal (160.000t pluma) e Espanha (141.000 t pluma). Poucos países dos mais de 190 existentes no nosso planeta, consomem mais do que o Brasil, destacando-se os USA, a China e a Índia com consumo de pluma de 2.425.000t, de 4.600.000t e 2.247.000t de pluma, respectivamente. O consumo global foi de 19.019.000t de pluma para uma produção de 18.982.000t.

É importante salientar que, na atualidade, a indústria têxtil nordestina possui mais de 2,8 milhões de fusos e mais de 20.000 teares; conta com unidades de elevado nível de modernização, como a NORFIL, localizada em João Pessoa, PB, que é a mais moderna fábrica têxtil da América

¹ Pesquisador III e Chefe Geral da Embrapa-Algodão. CP 174 - CEP 58107-720 - Campina Grande, PB, Brasil
<http://www.cnpa.embrapa.br>

CT/43, CNPA, ago./96, p.2

do Sul, com fiação automatizada e produção de "fio penteado" de alta qualidade. Existem outras em construção, como é o caso da EMBRATEX, localizada na cidade de Campina Grande, PB, que deverá ser uma das mais modernas do mundo, com um consumo de mais de 20.000t de pluma/ano.

Enquanto a ponta final da verticalização do agronegócio cotonícola, que é a indústria têxtil, envolvendo a fiação, a tecelagem e o acabamento, cresceu e se modernizou nesta região, tendo no momento 92 empresas de fiação, 54 de tecelagem e 25 de acabamento, além de inúmeras unidades de confecção; a outra ponta, a produção de matéria-prima, quase chegou à nulidade, com valores inferiores a 20% do consumo. Entre os fatores que contribuíram para o quadro atual, destacam-se: a) duas grandes secas nos últimos quinze anos, com duração, cada uma, de pelo menos quatro anos, período em que o algodoeiro mocó (arbóreo) grande sustentáculo do semi-árido regional, passou de planta produtora de fibra nobre (fina, resistente, longa, sedosa e branca no grau máximo) a condição de forrageira arbórea, alimentando o rebanho bovino; b) redução do preço real pago ao produtor em pelo menos 40% do que era em 1973; c) redução da tarifa de importação de 40% para 0% em 1989, o que permitiu a entrada no país de algodão de vários países onde o produto é fortemente subsidiado, como a Grécia (164% acima do preço internacional) na safra 1992/93; d) aumento dos custos de produção devido a novos problemas, como o bicudo e; e) prazos longos de até 360 dias fornecidos por outros países que, na maioria, protegem seus produtores via estímulos financeiros. Em 1975, no Nordeste, por ocasião da instalação do Centro Nacional de Pesquisa de Algodão-CNPA, foram plantados 2.833.400ha, sendo 490.000ha com algodoeiro herbáceo e 2.343.400ha com algodoeiro arbóreo; a produtividade média obtida foi de 291 e 152 quilos de algodão em caroço por hectare, respectivamente. Na região produtora do Centro-Sul foram plantados, na mesma época, 522.930ha com algodão herbáceo, obtendo-se uma produtividade de 1.339 quilos de algodão em caroço por hectare.

Em termos percentuais, neste período, o Nordeste respondia por 83% da área cultivada e 40% da produção nacional de algodão, período em que o consumo industrial de algodão era de 428.792 e 110.000t de pluma, respectivamente, no Brasil e no Nordeste. Em termos comparativos, o Nordeste consumia 26% do algodão brasileiro, produzia um volume suficiente para seu consumo e tinha um excedente exportável de 30.000t de pluma.

As principais estratégias governamentais definidas para o setor algodoeiro nordestino, na década de setenta, foram a implantação do Pólo Industrial Têxtil, no Nordeste e a modernização da tecnologia agrícola através das pesquisas geradas e/ou adaptadas pelo CNPA e demais componentes do Sistema Nacional de Pesquisa Agropecuária (SNPA), além de outros órgãos, como Universidades. O pólo têxtil previa a industrialização dos excedentes exportáveis do Nordeste, na própria região, através da implantação de 2.000.000 novos fusos até 1989, em acréscimo aos 600.000 existentes em 1975. Para viabilizar este pólo foram estabelecidos incentivos fiscais no II Plano Nacional de Desenvolvimento - II PND. Após a implantação total deste pólo têxtil, prevista para 1989, estimou-se, em 1975, que o consumo se expandiria para 289.000t de pluma no Nordeste e para 700.000t, no país, como efetivamente ocorreu.

Em 1983, ano do aparecimento do bicudo no Brasil, a conjuntura algodoeira do Nordeste tendia para a retomada da expansão da cotonicultura após, praticamente, cinco anos de seca (1979 a 1983) e prejuízos nesta atividade. Na safra 1983/84 foram cultivados 2.328.230ha, sendo 887.550ha de algodoeiro herbáceo e 1.441.000ha de algodoeiro arbóreo, com produtividades médias de 583 e 188 quilos de algodão em caroço por hectare, respectivamente.

É importante observar que em 1983 o bicudo ainda não era praga do algodão e a área plantada com algodoeiro arbóreo já tinha sido reduzida em aproximadamente 40%. Neste mesmo ano, na região Centro-Sul foram cultivados 722.150ha de algodoeiro herbáceo, com produtividade de 1.769 quilos de

CT/43, CNPA, ago./96, p.3

algodão em caroço por hectare; a região Nordeste participava com 75% da área cultivada e 36% da produção brasileira. O consumo nacional nesse ano foi de 560.000t de pluma e o do Nordeste, de aproximadamente 240.000t. Em termos comparativos, o Nordeste consumia 42% do algodão brasileiro e produzia apenas 19% das suas necessidades, evidenciando-se que a região passava de exportadora para importadora dessa matéria-prima.

Nas três safras que se seguiram (1984/86) ocorreu expansão da área cultivada com algodoeiro herbáceo no Nordeste, com níveis de produtividade 165% superiores aos obtidos na época da implantação do CNPA. Este fato é uma indicação da adoção das tecnologias geradas pelo CNPA, no período anterior, além da recomendação de substituição do algodoeiro arbóreo por cultivares herbáceas, na hipótese de que a convivência com o bicudo seria mais viável com este tipo de algodoeiro. Após este curto período, com a expansão do bicudo em todas as zonas algodoeiras do Nordeste e o agravamento dos problemas tradicionais da conjuntura algodoeira regional (crédito, assistência técnica, insumos e comercialização deficientes), inicia-se uma fase de redução contínua nas áreas exploradas com esta cultura, resultando num quadro devastador para a economia nordestina e, principalmente, para os pequenos produtores e beneficiadores da região. Como resultado desta situação, na safra 1991/92 a área cultivada com algodão na região foi reduzida para 678.390ha, sendo 392.420ha de algodoeiro herbáceo e 285.970ha de algodoeiro arbóreo, com produtividade de 460 e 95 quilos de algodão em caroço por hectare, respectivamente. Nessa mesma safra a região Nordeste contribuiu com apenas 38% da área cultivada e 12% da produção nacional.

O consumo brasileiro de algodão no ano de 1991 foi estimado em 700.000t de pluma, tendo o Nordeste consumido 280.000t (40% do consumo nacional) e produzido apenas 60.000t de pluma, suficientes apenas para 21% do seu consumo. Ficou, assim, caracterizado que a partir do início da década de oitenta o Nordeste não conseguiria acompanhar com produção própria, o ritmo de demanda crescente do seu pólo têxtil.

A análise da tendência das safras (1989/1991) indica que a área plantada no Nordeste com algodoeiro arbóreo vem sofrendo uma redução média de 11,5% ao ano, enquanto a área do algodoeiro herbáceo, de 19,0% ao ano. A área cultivada no Centro-Sul, no mesmo período, sofreu incremento de 8,0% ao ano. Este incremento na região Centro-Sul se deve à expansão das áreas do Estado do Paraná, além do plantio do algodão em rotação com a soja na região dos Cerrados do Mato Grosso, Goiás e Mato Grosso do Sul.

Com relação ao Nordeste e apesar da tendência histórica de queda contínua da área cultivada, existe a possibilidade de reversão desta tendência e de reinício da expansão das áreas plantadas com algodoeiro, devido aos programas estruturados pelos governos estaduais. Esses programas, devido à integração de todos os segmentos interessados no assunto, a exemplo do CNPA, bancos oficiais, iniciativa privada, produtores e governos estaduais, possuem chances reais de sucesso e poderão envolver a cultura do herbáceo em regime de irrigação.

Neste particular, destacam-se os Estados do Rio Grande do Norte e Ceará, que iniciaram um processo bem organizado de soerguimento da cultura do algodão. No Rio Grande do Norte, por exemplo, considerando-se o algodoeiro herbáceo, a área plantada, que chegou a ser de 167.010ha em 1983/84, com produtividade de 487kg/ha de algodão em caroço, foi reduzida quase a zero (670 ha) e com produtividade de apenas 194kg/ha na safra 1992/93. Em 1994, foram plantados 42.666ha com produtividade de 796kg/ha de algodão em caroço, dando a nítida idéia de que a região poderá voltar a plantar essa malvacea. No Estado do Ceará, devido a ações integradas com a criação do Pró-Algodão, espécie de Secretaria Especial, a área plantada na atual safra foi de 126.180ha, com produtividade média de 621kg/ha de algodão em caroço, superior a da safra 1982/83 com 73.450ha plantados e

CT/43, CNPA, ago./96, p.4

rendimento de apenas 234 kg/ha de algodão em caroço. Na safra 1992/93 a área plantada foi de apenas 24.010ha e a produtividade de 330 kg/ha. Com a viabilidade das novas tecnologias já disponíveis tais como cultivares precoces de arbóreo, como a CNPA 5M e herbáceo, como as CNPA 7H e CNPA Precoce 2; Manejo Integrado de Pragas e novas configurações de plantio, entre outras, a região poderá voltar a produzir o algodão de que necessita e contribuir para empregar milhões de pessoas, pois é a cultura que mais pode empregar mão-de-obra não qualificada que, infelizmente, nesta região é muito grande. Em 1995, considerando-se o algodoeiro herbáceo, a área plantada na região Nordeste foi de 361.940ha, com produção de 174.620t equivalente a 62.863t de pluma, o que corresponde a cerca de 20% do total consumido. Com relação ao algodoeiro arbóreo, a área plantada caiu para 90.320ha, com uma produção de fibra de apenas 2.583 toneladas, ou 4,35% da de 1973. Neste mesmo ano, a área plantada no País com algodão herbáceo foi de 1.102.680ha, com uma produção de pluma de 512.518t e rendimento de 1.291kg/ha de algodão em caroço. Para este ano de 1996, técnicos da Companhia Nacional de Abastecimento-CONAB em pesquisa de campo para acompanhamento da safra 95/96 verificaram, no mês de fevereiro, que a queda da área total plantada em relação a 1995 foi de 16,0%, e a queda na produção, de 10,0%, ou seja, haverá um aumento na produtividade de 6,5%. A redução da área plantada no Estado do Paraná é de -30%, em São Paulo é de -28%, em Minas Gerais é de -35% e em Mato Grosso é de -15%; a redução média na área plantada na região meridional é de 21,0%. Nas regiões Nordeste e Norte, as quedas foram significativas, destacando-se Rondônia com 20% e a Bahia com 10%; a redução média global foi de 10% com relação a 1995.

A nível nacional, a oferta de algodão em pluma até o final do ano é de 1.281.300t, partindo de um estoque inicial de 281.300t, sendo apenas 20.000t do Governo Federal e o restante (261.300t) da iniciativa privada. Espera-se que haja importação de pelo menos 350.000t de pluma, pois o consumo até o final do ano deverá ser de quase 900.000t de pluma.

O panorama industrial que atualmente desponta para a cultura do algodão no Brasil, independentemente da região onde se concentrará a produção, é de expansão da demanda até pelo menos o ano 2000. A Confederação Nacional das Indústrias/Comitê de Acompanhamento de Qualidade do Algodão Brasileiro (CNI/CAB) estima que a demanda de fibras de algodão se elevará 5,5% ao ano, durante a atual década, chegando ao século XXI, como já foi comentado, com um consumo industrial de 1.219.540; este valor é de aproximadamente 650.000t superior à atual produção brasileira, equivalente a mais de 1 bilhão de dólares ao preço atual.

Deve ser ressaltado que a CNI/CAB definiu as características do algodão desejado pelas indústrias, visando ao abastecimento nacional e aos compromissos de exportação; assim, a produção de algodão brasileiro deve ser dividida da seguinte maneira: 80% de algodoeiros de fibras médias (30-32 e 32-34mm); 15% de fibras longas (34-36mm) e 5% de fibras extra-longas (acima de 36mm). Em acréscimo a essa demanda, são exigidas fibras mais resistentes, mais finas e mais maduras, para melhor eficiência dos processos modernos de fiação e, com relação à cor, quanto mais branca (reflectância) melhor. Para atender à demanda industrial, nos próximos dez anos os pesquisadores brasileiros deverão desenvolver cultivares com melhores características de fibra e de fio.

Na atual conjuntura o abastecimento interno das indústrias poderá ser conseguido através de:

- 1) incorporação de novas áreas de plantio, num montante de 106.000ha/ano, considerando-se a produtividade média de 1.466kg de algodão em caroço por hectare, ou 470 kg de pluma/ha;
- 2) importação de fibras dos grandes produtores e exportadores mundiais (EUA, CEE, África, Paquistão, Austrália);
- 3) compra de algodão dos países membros do MERCOSUL - Mercado Comum do Cone Sul (Argentina, Paraguai). Deve-se destacar que na safra 1990/91, o Brasil importou 150.000t de pluma e se situou como o maior importador de algodão das Américas e um dos maiores do mundo, abaixo apenas

CT/43, CNPA, ago./96, p.5

dos tigres asiáticos e países do Mercado Comum Europeu - MCE (Alemanha, Itália, França e Portugal). Na safra de 1991/92, a importação aumentou ainda mais, e na safra 1993/94 a importação foi de 380.000t de pluma para um consumo global de 835.000t de pluma, chegando à posição de 2º importador de algodão do planeta. É importante salientar que cada hectare de algodão pode gerar, em média, pelo menos um emprego; no Nordeste 5,0 milhões de hectares são irrigáveis, caso se cultive o algodoeiro em regime de irrigação, podem ser gerados, em média, 7,0 salários mínimos de renda líquida (4 meses) o que é bastante significativo.

BIBLIOGRAFIA CONSULTADA

- ALGODÃO: balanço de oferta e demanda - 1996. *Análise Conjuntural*, n.1, p.1-2, set. 1996.
- ALGODÃO: previsão de área, produção e produtividade da safra brasileira de 95/96. *Conjuntura Agropecuária*, p.1-3, fev. 1996.
- A LUTA para vencer a crise do algodão no Norte de Minas. *Jornal da EMATER-MG*, v.5, n.34, p.3, 1994.
- CAVALCANTE, J.J.; SANTOS, R.F. dos; DUARTE, C.L.G. *Banco de dados de algodão em caroço*. Campina Grande: EMBRAPA-CNPA, 1992a. 10p.
- CAVALCANTE, J.J.; SANTOS, R.F. dos; DUARTE, C.L.G. *Banco de dados de algodão em caroço*. Campina Grande: EMBRAPA-CNPA, 1992b. 5p.
- Conjuntura Agropecuária: Algodão. Brasília. CONAB, 1996. 3p.
- COTTON; Review of the World Situation, v.43, n.1, 1994.
- GONÇALVES, J.S. Crise da cotonicultura nacional e as perspectivas para a safra 1993/94. *Informações Econômicas*, v.23, n.11, p.29-43, 1993.
- SANTANA, J.C.F. de. Potencialidades da indústria têxtil nordestina. *Diário do Nordeste*, Fortaleza, 31 ago. 1994. p.3. C. Economia
- DOREY, G. La politique cotonniere europeene. *Cotton Development*, v.5, p.3-6, 1993.
- GONÇALVES, G.S. Crise da cotonicultura nacional e as perspectivas para a safra 1993/94. *Informações Econômicas*, v.23, n.11, p.29-43, 1993.
- GUIMARÃES, V. de A. Algodão de volta às importações. *Óleos de Grãos*, v.5, n.28, p.68-69, 1996.
- INTERNACIONAL COTTON ADVISORY COMMITTEE. Área Central: politics de produccion. *Cotton World Statistics*, Washington, v.46, n.5, p.10-13, 1993.
- INTERNATIONAL COTTON ADVISORY COMMITTEE. Above average cotton prices likely during remainder of 1990s. Washington, DC, 1995. 7p.
- MARIANO, M. América Latina parte para livre comércio. *Textília*, v.5, n.18, p.38, 40, 42, 1995b.
- MERCOSUL, diagnóstico da indústria têxtil do Paraguai. *Textília*, v.5, n.16, p.6-10, 1995a.

